



## INFORMATIVO SEMANAL ASSESPRO

# Os principais temas da semana para o setor de TI

**CCTCI rejeita projeto que dispõe sobre proteção intelectual de jogos digitais.** A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) rejeitou, nesta semana, o [PL 1992/2020](#) (*proteção intelectual jogos digitais*), seguindo o [parecer](#) da deputada **Luiza Erundina** (PSOL/SP). A proposição, que insere artigo na [Lei nº 9.609/1998](#) (*Propriedade Intelectual de Programa de Computador*) para equiparar a proteção a jogos digitais àquela conferida a programas de computador, agora segue para deliberação pela Comissão de Cultura (CCULT). Após a análise da CCULT, o projeto será deliberado ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, seguirá para votação do Senado Federal.

**ANPD abre tomada de subsídios sobre transferências internacionais de dados pessoais.** Iniciou-se nesta semana a tomada de subsídios para elaboração de [regulamento de transferências internacionais de dados pessoais](#), aberta pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). A ANPD procura, com esta tomada de subsídios, discutir a regulamentação dos arts. 33 e 35 da [Lei nº 13.709/2018](#) (*Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD*), conforme previsto pelo item nove da [Agenda Regulatória Bianual 2021-2021](#) do órgão. As colaborações deverão ser enviadas exclusivamente por meio da plataforma [Participa Mais Brasil](#), na opção “Registre sua Opinião” [até o dia 17 de junho de 2022](#).

**Inteligência Artificial: Comissão de Juristas apresenta balanço dos debates.** Nesta semana, a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de proposta de regulamentação da inteligência artificial no Brasil (CJSUBIA) apresentou um balanço dos debates que reuniram cerca de 160 especialistas em quatro reuniões e 12 painéis. Durante a reunião, a relatora **Laura Schertel Mendes**, abordou o tema do reconhecimento facial e destacou a reprodução do racismo nessas aplicações. Segundo ela, especialistas abordaram o risco de uma “discriminação algorítmica” no uso dessas ferramentas na identificação de suspeitos por crimes. A jurista relatou que alguns dos participantes falaram ainda em “correção dos vieses” dos algoritmos.

Mendes destacou também outros temas abordados nos debates: a preocupação com as crianças, a questão da responsabilidade civil e a mineração de dados para fins de pesquisa. Segundo ela, há um consenso sobre a necessidade de regulação desses temas não apenas na forma de princípios gerais, mas por meio de “procedimentos e normas concretas”.

Até o [dia 10 de junho](#), a Comissão vai receber sugestões externas. As contribuições devem ser enviadas para o e-mail [cjsubia@senado.leg.br](mailto:cjsubia@senado.leg.br) ou para o Protocolo do Senado Federal (Ala Senador Alexandre Costa, Sala 15, subsolo). Com informações de: [Agência Senado](#)

**Renúncia fiscal para a correção da tabela do Simples Nacional é de R\$ 66 bi, estima Receita Federal.** Representante da Receita Federal compareceu à audiência pública realizada, nesta semana, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados para debater o [PLP 108/2021](#) (*correção da tabela do Simples Nacional*) e o [parecer](#) favorável do deputado **Marco Bertaiolli** (PSD-SP), que votou pela [não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária](#). O subsecretário de Tributação e Contencioso, **Fernando Mombelli** apresentou cálculos sobre a renúncia fiscal caso o projeto seja aprovado e estima-se uma perda de arrecadação com a correção de 81% da tabela do Simples Nacional na importância de R\$ 66 bilhões em 2023. Mombelli disse que o órgão não é favorável a propostas que indiquem a indexação pela inflação. Segundo ele, a perda de receita com a redução tributária prevista atualmente pelo Simples já é de R\$ 83 bilhões para 2023. Durante a audiência, [Bertaiolli disse que poderá alterar seu relatório para corrigir apenas o limite do MEI no momento e deixar as mudanças no Simples para depois. Isso porque a ampliação seria mais polêmica e poderia atrasar a tramitação, visto que o projeto teria que voltar para o Senado.](#) Com informações de: [Agência Câmara](#)

**CFT: Designado relator de projeto que dispõe sobre facilitação de acesso ao crédito.** No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), o deputado **Marco Bertaiolli** (PSD/SP) foi designado relator do [PL 4528/2020](#) (*facilitação de acesso ao crédito*). A matéria resgata





## INFORMATIVO SEMANAL ASSESPRO

# Os principais temas da semana para o setor de TI

boa parte do texto original da [MPV 958/2020](#), que tratava do mesmo tema e que perdeu eficácia em 24 de agosto sem a conclusão de sua deliberação pelo Parlamento. Uma vez que a matéria tramita em regime de urgência, pode ser incluída a qualquer momento na pauta deliberativa do Plenário da Câmara dos Deputados.

**Startups podem obter crédito para acessar soluções tecnológicas.** O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) abriu [edital](#) para selecionar empresas nascentes de tecnologia para o programa Serpro *Booster*, que irá oferecer créditos para que elas acessem algumas das melhores soluções tecnológicas de administração de dados públicos do país. Podem participar do programa as *startups* brasileiras que possuam CNPJ constituído e que estejam vinculadas a uma entidade parceira do ecossistema. A interessada deve estar caracterizada conforme definição do Marco Legal das Startups ([Lei Complementar nº 182/2021](#)), além de estar regular junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Clique [aqui](#) para mais informações. Com informações de: [Agência Brasil](#)